



Eduardo Fagnani



"As desigualdades do Brasil são uma procissão de desigualdades". O autor da frase é o economista, mestre em Ciência Política e doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Eduardo Fagnani, entrevistado do mês de junho do Observatório de Análise Política em Saúde (OAPS). Em conversa com nossa equipe, o coordenador da Plataforma Política Social e professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas analisa diversos aspectos da reforma da Previdência (PEC 6/2019), classificada como "um Cavalo de Troia" para destruir a seguridade social, tendo como consequências o aumento da pobreza e o recrudescimento das desigualdades: "Esta PEC apenas aponta diretrizes transitórias até que a verdadeira reforma seja feita pela via das leis complementares. Isso é uma artimanha muito engenhosa. [...] Não se pensa a Previdência como mecanismo de proteção social, não se pretende enfrentar a desigualdade social, o que se pretende é cortar diretos e reduzir gastos, fazer com que sobre dinheiro somente para o pagamento de juros". Fagnani tece críticas também ao debate econômico feito no Brasil – "é desonesto" – e à nova configuração do Ministério da Economia – "uma jabuticaba do mato". E, ainda, fala sobre resistência e futuro: "Eu diria que a tarefa fundamental é evitar, usando o limite das nossas forças, essas tragédias que estão sendo implantadas. [...] Mas a gente não pode, nesse enfrentamento, perder de vista o horizonte futuro, que na verdade é desenhar um projeto de país. E nesse projeto de país, como eu já escrevi e disse várias vezes, não tenho dúvidas de que o ponto central deve ser enfrentar a questão da desigualdade". Boa leitura!

Observatório de Análise Política em Saúde (OAPS): Em entrevista ao OAPS, em 2016, sobre a reforma da Previdência em discussão à época, você afirmou que o Projeto Temer-Meireles é "destruir o Estado Social" e "implantar o Estado Mínimo Liberal" – "políticas sociais pobres para os pobres". Qual o projeto Bolsonaro-Guedes? Quais as diferenças entre a PEC 287/2016, encaminhada ao Congresso Nacional pelo governo Temer, e a proposta de reforma da Previdência do atual governo, a PEC 6/2019?

Eduardo Fagnani: Tem muitas diferenças. A primeira é que essa proposta tem mais engenhosidade, vamos dizer assim, com relação a esse propósito de destruir o Estado social. O primeiro ponto que eu quero destacar é que a reforma do Bolsonaro não é a PEC 6/2019. Esta PEC apenas aponta diretrizes transitórias até que a verdadeira reforma seja feita pela via das leis complementares. Isso é uma artimanha muito engenhosa porque para aprovar uma emenda constitucional são necessários 308 votos e para aprovar uma lei complementar são necessários 257 votos na Câmara dos Deputados; no primeiro caso em duas votações e, no segundo caso, em apenas uma votação. Então o rolo compressor do Congresso certamente é muito mais fácil vigorar com 257 votos. Esse ponto é muito importante.

Qual é a ideia toda? A PEC desconstitucionaliza todo o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), e constitucionaliza o regime de capitalização individual. Depois tudo vai ser decidido por lei complementar. Eu li no documento mais de 30 vezes frase assemelhada a 'esse ponto tem vigência até que lei complementar determine o que vai ser realmente feito'. Portanto, essa reforma, se for aprovada, é um cheque em branco que o Congresso estará dando ao Poder Executivo porque são dezenas de legislações complementares de autoria do Executivo que terão que ser aprovadas pelo Congresso, por quórum reduzido de votos.

A segunda forma de destruir o Estado Social é a seguinte: eu tenho dito que não é uma reforma da Previdência. Quem acha que é uma reforma está equivocado, isso é um Cavalo de Troia. Cavalo de Troia para que? Para que se destrua a seguridade social. Como se destrói? Primeiro se transita da seguridade social para o seguro social, é uma mudança de grande monta que deveria ser objeto de referendo popular. Como transita? A seguridade é um pacto civilizatório de solidariedade entre os indivíduos de uma nação; no seguro social você transfere para o indivíduo a responsabilidade por todos os riscos da sua vida laboral e pessoal. Essa é uma mudança substantiva, que requer referendo popular.



“Quem acha que é uma reforma está equivocado, isso é um Cavalo de Troia. Cavalo de Troia para que? Para que se destrua a seguridade social.”

A segunda transformação de grande monta é transitar da seguridade social para o assistencialismo. Como se faz isso? Cria-se regras que, em primeiro lugar, desconsideram por completo a realidade atual e futura no mercado de trabalho brasileiro, no qual se tem cerca de 30 milhões de pessoas fora do mercado pelo desalento, pela falta de oportunidade; tem-se mais 13 milhões que estão desempregadas; tem mais 35 milhões de pessoas com trabalho precário ou vínculo parcial e que, portanto, já não contribuem para a Previdência e terão dificuldade para ter proteção previdenciária. Também são desconsideradas as consequências futuras da Reforma Trabalhista, que vai ampliar esses vínculos precários, temporários e informais, o que vai dificultar barbaramente que as pessoas consigam acumular tempo de contribuição.

Além de desconsiderar o mercado de trabalho, impõe regras que são equivalentes às de países desenvolvidos. Vou dar um exemplo: tem um mecanismo chamado gatilho demográfico – sempre que a expectativa de sobrevida aos 65 anos aumentar 1 ano, a idade mínima sobe 1 ano – então, em 2034, já podemos ter 67 anos para homens e 64 para mulheres, um padrão semelhante ao que a Alemanha terá na mesma época. A Alemanha está transitando de 65 anos para 67 anos desde 2010 e vai atingir 67 anos em 2029, algo assim. Não há como aceitar que o Brasil tenha regras semelhantes às de países como Alemanha e Dinamarca, por exemplo. Em função desses dois fatores, pouca gente vai ter proteção previdenciária porque exige contribuição em idade, exige tempo de contribuição, e essas pessoas vão fugir para a proteção assistencial, na qual não existe contribuição.

E o que o governo faz? Reduz o piso do Benefício de Prestação Continuada (BPC) de R\$998 para R\$400. Esses R\$400 podem ficar congelados durante 10 anos, como acontece, por exemplo, com a tabela do Imposto de Renda, então, daqui a 10 ou 15 anos, podemos ter um benefício em torno de R\$250 a R\$300. Hoje nós temos 80% da população idosa, ao

menos em relação à Previdência e à Assistência, que recebem em torno de um salário mínimo e daqui a 20 ou 30 anos podemos ter 80% dos idosos com um salário, com uma Bolsa Família de idoso, de R\$300 que sequer vai dar para comprar remédio.

Tem uma terceira forma de destruir a seguridade social que é o desmanche do Orçamento da Seguridade Social. A gente não sabe exatamente o que eles querem porque tudo será definido por lei complementar, mas eu suspeito que, primeiro, vão constitucionalizar uma forma de financiamento da Previdência que é inconstitucional – só considera a contribuição do empregado e do empregador e não considera as contribuições sociais como fonte de financiamento da Previdência Social –, eles falam em “segregação das contas” e que a Previdência tem “caráter contributivo”. Então talvez digam que a Previdência só é financiada pelo empregado e pelo empregador, aí constitucionaliza-se o déficit.

Outra suspeita é que eles querem incluir, como já fazem (a partir de 2016, o Ministério da Fazenda passou a fazer), os gastos e as receitas do regime próprio da União Civil e Militar na seguridade. Talvez constitucionalizem isso também, não sabemos, o que é algo absolutamente inconstitucional porque o Orçamento da Seguridade Social diz respeito ao capítulo sobre a Ordem Social. O regime próprio da União (servidores públicos civis da União) é regido pelo artigo 40, que é uma outra parte da Constituição, a parte do funcionalismo público; e a Previdência dos militares é regida por outro capítulo relacionado às Forças Armadas. Já se faz essa contabilização de forma inconstitucional e, talvez, eles constitucionalizem essa inconstitucionalidade.

OAPS: A PEC 6/2019, enviada pelo governo federal à Câmara dos Deputados em fevereiro desse ano, inclui a criação do artigo 201-A na Constituição Federal, que determina a instituição de novo regime de Previdência organizado com base no sistema de capitalização. Quais os impactos da opção pelo modelo de capitalização? O que as experiências internacionais apontam?

Eduardo Fagnani: A capitalização, em primeiro lugar, é uma experiência que fracassou no mundo todo, essa é a conclusão do relatório da OIT [Organização Internacional do Trabalho], lançado em 2019. Mostra que dos 30 países que fizeram a capitalização, 18 já reverteram – agora já são 19. Esse documento da OIT diz textualmente que, ‘analisando os resultados econômicos, sociais, demográficos e etc.’, concluem que a experiência da privatização é um fracasso.

No caso do Brasil, o que vai acontecer? É uma excrescência propor uma capitalização com esse nosso mercado de trabalho precário, com empregos de curta duração, empregos por hora, o que tende a se aprofundar no futuro. Eu não consigo entender como um rapaz que trabalha entregando comida no Uber, provavelmente sem carteira de trabalho, vai conseguir comprovar 35 anos de

contribuição. Ele não vai conseguir e vai buscar a Assistência Social também.

O que eles querem fazer – não está na PEC, mas são informações que a gente colhe nas declarações do Paulo Guedes – é implantar a chamada 'carteira verde e amarela' que não teria praticamente nenhum direito trabalhista: nem sindical, sem décimo terceiro, férias, aviso prévio, nada disso. E o empregador também não contribui com a Previdência Social. Eles dizem assim: quem 'optar' pela carteira verde e amarela entra diretamente no regime de capitalização. E acontece o seguinte: se o empregador não precisa contribuir para a Previdência Social, se pode contratar com uma carteira verde e amarela com a qual ele não contribui, por que o empregador vai contratar pela atual carteira de trabalho, na qual ele tem que contribuir?

No futuro só haverá oferta de emprego para 'carteira verde e amarela' e provavelmente terá uma fuga de quem hoje tem a carteira de trabalho baseada na antiga CLT para essa verde e amarela. E o que vai acontecer? Além do fato de que essas pessoas não vão conseguir contribuir durante 35 anos e ter acesso à proteção na velhice, essa medida vai quebrar a Previdência Social, vai quebrar o regime geral e o atual regime de repartição. Por que? Porque com essa migração em massa para capitalização individual, por conta de que só haverá oferta de emprego nessa modalidade, as pessoas deixarão de contribuir para o regime geral e passarão a contribuir para o seu regime de capitalização individual. Haverá uma falência financeira, uma queda profunda das receitas da Previdência. Vai quebrar financeiramente o atual regime de repartição.

As pessoas aposentadas dizem 'ah, essa reforma não vai me afetar'. Vai afetar sim porque vai faltar dinheiro. A menos que o governo cumpra integralmente os repasses fiscais para cobrir essa insuficiência de recursos fiscais. Isso é o que se chama de custos da transição de um modelo para outro, que no Chile chegaram a quase um 1,5x o PIB, é um volume brutal. Para vocês terem uma ideia, o Chile paga esses custos da transição até hoje – já chegou a ser 5% do PIB e hoje, 40 anos depois, é 2,5% do PIB. O que também mostra que o objetivo da capitalização é puramente ideológico porque ele não vai funcionar para fazer ajuste fiscal. Pelo contrário, os gastos fiscais vão aumentar com esses custos da transição que são muitos elevados, segundo a



experiência internacional, e sobre os quais nós não sabemos absolutamente nada porque o governo não tem esse dado ou, se tem, não apresentou para a sociedade. E, de novo, os parlamentares que aprovarem esse regime de capitalização darão um cheque em branco para o Paulo Guedes.

“ É uma excrescência propor uma capitalização com esse nosso mercado de trabalho precário, com empregos de curta duração, empregos por hora, o que tende a se aprofundar no futuro ”

OAPS: Caso as mudanças propostas nesta reforma da Previdência sejam aprovadas, quais segmentos da sociedade devem ser mais atingidos? E quais repercussões podemos ter em aspectos como aumento da pobreza, qualidade de vida e recrudescimento das desigualdades?

Eduardo Fagnani: Os pobres, simples assim. Porque o governo espera uma economia de aproximadamente R\$1 trilhão e 92% dessa economia, em 20 anos, virá do INSS urbano, do INSS rural, do Benefício de Prestação Continuada e do endurecimento das regras do abono salarial, que deixa de ser acessível para o trabalhador que ganha até dois salários mínimos e fica acessível apenas para quem ganha até um salário mínimo. É simples assim. De novo, é uma excrescência porque 100% dos benefícios do INSS rural equivalem ao piso do salário mínimo; o Benefício de Prestação Continuada é dirigido para as pessoas em condições de miserabilidade (sejam os portadores de deficiências, sejam os idosos que não conseguiram comprovar tempo de contribuição previdenciária e que tenham renda familiar per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo); e no INSS urbano, que beneficia cerca de 20 milhões de pessoas, cerca de 60% dos benefícios equivalem ao piso do salário mínimo, 86% são de até três salários mínimos e uma parcela ínfima consegue se aposentar pelo teto. Eu não consigo ver a proposta com o objetivo de combater os privilégios e, sinceramente, considerar um sistema de proteção social que paga em média R\$1.300 como portador de privilégios é algo que não é aceitável.

As consequências vão ser o aumento da pobreza e o recrudescimento das desigualdades. Um estudo do IPEA [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada] mostra que hoje apenas 6% dos idosos estão abaixo da linha de pobreza e que seriam cerca de 65% se não houvesse a Previdência e a Assistência Social. Estudos da Cepal [Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe], e outros, mostram que a educação e a seguridade social, incluindo as transferências de renda para as pensões e aposentadorias, são os principais mecanismos de redução da desigualdade da renda no Brasil. Segundo o estudo da Cepal, o índice

de Gini no Brasil cai 16 pontos percentuais por conta da seguridade social e da educação. Está claro que vai ampliar a desigualdade.

Nós estamos falando do INSS urbano e ele concede cerca de R\$20 milhões de benefícios; o INSS rural cerca de R\$10 milhões; o BPC cerca de R\$5 milhões de benefícios diretos; o seguro desemprego cerca de R\$7 milhões. Se eu somar tudo isso, tenho mais ou menos R\$40 milhões de benefícios diretos. Se cada beneficiário tiver mais dois membros na família, estou falando de R\$ 120 milhões de pessoas que direta ou indiretamente dependem desse benefício, sendo que 80% dele equivale ao piso do salário mínimo. Esse sistema é o mais importante mecanismo de proteção social do Brasil. Isso sem falar do SUS, que também está em processo de dissolução e é a única porta de entrada para mais de 70% da população brasileira ter acesso à saúde.

Atualmente, 80% dos idosos tem como fonte de renda a Previdência e a Assistência Social. Estudos do Ipea mostram que esses benefícios reduziram muito o êxodo rural, as migrações do Nordeste e das regiões mais pobres para as mais ricas, e têm um papel importante nas economias regionais. Estudo da Anfi [Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social] de 2019 mostra que em 80% dos casos as transferências de renda para os indivíduos superam o orçamento municipal, e que em mais de 70% essas transferências individuais ultrapassam o Fundo de Participação dos Municípios, que é repassado pela União. Quando o indivíduo recebe a sua aposentadoria, seu benefício, isso significa consumo na veia porque ele sai da Caixa Econômica Federal e vai direto para o açougue, para a venda, para a farmácia e isso movimenta a economia regional. Os prefeitos precisam ficar atentos a este fato porque se está acabando com a maior fonte de desenvolvimento regional e municipal, esse é o maior vetor de desenvolvimento.

Se essa reforma passar, em breve vai haver cidades fantasmas porque as pessoas vão ter que sair da cidade para procurar alguma fonte de renda. De novo, vão migrar do campo para a cidade, vão migrar das regiões mais pobres para as regiões mais ricas. E essa reforma também não



contribui para o crescimento da economia porque um dos vetores para crescer é a demanda agregada. Se as pessoas têm renda, elas vão demandar produtos e, ao demandar esses produtos, mobilizam a indústria e os setores produtivos para os ofertarem. Mas só há oferta se existir demanda. Se forem retirados R\$900 bilhões dessa população de menor renda, em 10 anos, o que vai acontecer? A população não vai ter recurso, vai cair o consumo, vai cair a demanda e não vai crescer a economia.

“
Eu não consigo ver a proposta com o objetivo de combater os privilégios e, sinceramente, considerar um sistema de proteção social que paga em média R\$1.300 como portador de privilégios é algo que não é aceitável. As consequências vão ser o aumento da pobreza e o recrudescimento das desigualdades
”

OAPS: Qual reforma da Previdência o Brasil efetivamente precisa?

Eduardo Fagnani: É uma ótima questão. Eu digo o seguinte: quem é totalmente contra a reforma da Previdência está errado e quem é a favor integralmente também está errado. Por que quem é integralmente favorável à reforma da Previdência está errado? É uma visão equivocada. Primeiro,

é preciso entender que não existe sistema previdenciário único. Não se pode tratar a Previdência como se fosse uma entidade única, há pelo menos três grandes sistemas de Previdência Social: o regime geral (INSS urbano e rural); o regime próprio do servidor público (do servidor público federal civil e do servidor público militar); o regime próprio dos estados; o regime próprio dos municípios; a previdência dos parlamentares. A questão que se coloca é que cada um desses regimes é regido de forma absolutamente singular pela Constituição da República. Há regras específicas, clientela específica e fontes de financiamentos que são específicas e diferenciadas.

Essas ideias têm sido ditas pelo Guilherme Delgado, um grande pesquisador que atuou no IPEA. Guilherme diz que além de não existir um sistema previdenciário único, também não existe um déficit previdenciário único porque cada um desses regimes é financiado de forma diferente. O Regime Geral da Previdência Social não tem déficit porque déficit é uma despesa sem fonte de financiamento e o RGPS é parte da Seguridade Social (artigo 194), que por sua vez é financiado por fontes constitucionalmente criadas e vinculadas que estão dispostas no Orçamento da Seguridade Social, o artigo 195 da Constituição.

A outra questão é que nos últimos 25 anos foram feitas seis reformas constitucionais da Previdência e foram implantadas dezenas de legislações complementares. Nada foi reformado? Nenhuma dessas mudanças

resolveu coisíssima nenhuma? Onde está o problema? O que foi reformado? O que é preciso reformar? E eu te digo com toda tranquilidade que o problema não está no servidor público civil federal que entrou no serviço público a partir de 2012 porque esse servidor passou a ter um teto semelhante ao do INSS, de cerca de R\$5.800. Em 2050 não vai ter marajá. A questão de longo prazo dos servidores federais civis foi resolvida, inclusive o próprio Ministério da Economia mostra que a tendência é que as despesas do servidor público federal civil caiam. Hoje estão em torno de 1% do PIB e vão chegar a 0.3% do PIB em 2060.

No âmbito do funcionário público federal, onde está o problema? No estoque dos servidores, mas há duas situações específicas: quem entrou antes de 2003 e quem entrou entre 2003 e 2012. Foram feitas reformas, especialmente para quem entrou entre 2003 e 2012. Com a Emenda Constitucional 42 deixou de haver integralidade, paridade, e esses servidores passaram a contribuir inclusive depois de aposentados.

O grande problema está na Previdência dos servidores estaduais, é um problema sério porque os governadores evitam fazer reforma em função dos seus custos políticos. No mandato de quatro anos precisam enfrentar duas eleições, a primeira para prefeito e a segunda para o próprio cargo do governo estadual, então, em geral, eles relutam em fazer as reformas. Outra questão grave é a questão dos militares. Se compararmos em termos relativos, é o sistema que apresenta maiores desigualdades relativas.

O que eu afirmo categoricamente é que o problema não está no regime geral e não está no BPC. Foram feitas reformas, tanto reformas constitucionais, como ordinárias, que resolveram os problemas mais estruturais que existiam. Talvez haja alguns problemas pontuais que não exigem uma reforma desse tipo. Eu acho que o Regime Geral da Previdência deveria ser retirado dessa reforma. Ele não seria incluído se a reforma não tivesse o objetivo ideológico, e velado, de destruir o Estado social e implantar o Estado mínimo.

OAPS: Também em entrevista ao OAPS, você classificou a incorporação do Ministério da Previdência ao da Fazenda, durante o governo Temer, como “uma nova jabuticaba”. Como você classificaria a nova configuração do novo Ministério da Economia, que reúne as pastas de Planejamento, Fazenda e Desenvolvimento da Indústria e Comércio, sob o comando de Paulo Guedes?

Eduardo Fagnani: É uma jabuticaba do mato. Não sei se vocês sabem, mas quando eu era criança comia jabuticaba do mato, é uma jabuticaba enorme que parece até um pêssego. Quer dizer, eu não conheço, sinceramente (talvez exista, mas eu não conheço) nenhum país do mundo em que não haja o Ministério da Previdência ou no qual o Ministério da Previdência ou as funções da Previdência estejam alocadas no Ministério da Economia. Sinceramente, eu não entendo um setor tão importante quanto o da Previdência ser um departamento do Ministério da Economia, revela que o objetivo do governo é apenas fiscalista, além de ser ideológico e querer implantar um projeto ultraliberal. Aliás, é uma sinalização bastante clara do que se pretende fazer com a Previdência.

Não se pensa a Previdência como mecanismo de proteção social, não se pretende enfrentar a desigualdade social, o que se pretende é cortar direitos e reduzir gastos, fazer com que sobre dinheiro somente para o pagamento de juros, vamos falar o português correto.



“**Eu não conheço, sinceramente (talvez exista, mas eu não conheço) nenhum país do mundo em que não haja o Ministério da Previdência ou no qual o Ministério da Previdência ou as funções da Previdência estejam alocadas no Ministério da Economia.**”

Há um modelo macroeconômico brasileiro, que é todo amarrado com uma série de regras fiscais – como a Lei de Responsabilidade Fiscal, como a necessidade de fazer superávits primários (primários é ‘não financeiros’), como o teto dos gastos não financeiros como a regra de ouro. São mecanismos que impedem o gasto não financeiro (proteção social, principalmente, e segurança), então se criminaliza uma política econômica que seja anticíclica. No Brasil se criminaliza Keynes porque os países que saíram da crise

de 29 e do pós guerra, a partir de 1945, aplicaram políticas que ampliam o gasto. O Estado tem que intervir quando a economia está em depressão, tem que fazer políticas anticíclicas. Aqui há um modelo macroeconômico que é absolutamente cheio de amarrações, coloca limites seríssimos para que seja feito o exercício de políticas fiscais anticíclicas. Qual é o objetivo final disso? A sobra de recursos não financeiros para que se cumpram obrigações com os credores dos títulos da dívida pública, é só essa a questão. É essa a razão para que que a Previdência seja uma secretaria do Ministério da Economia, fica bastante claro que o objetivo na verdade é esse.

OAPS: Em 2015, a Plataforma Política Social participou da construção de Por um Brasil justo e democrático uma proposta de desenvolvimento nacional alternativa

à política econômica em andamento no país, especialmente ao ajuste fiscal. Como você avalia essa experiência, fruto de um debate que envolveu diversos especialistas e que se opôs à agenda econômica apresentada por aliados de Michel Temer, em Uma Ponte para o futuro? Quais os desdobramentos da iniciativa?



Na verdade, estávamos contra a política de 'austeridade' de Joaquim Levy (ministro da Fazenda de Dilma Rousseff, no seu segundo mandato), que colocou a economia, que estava numa etapa de declínio cíclico, numa gravíssima recessão. O que deu? Fomos massacrados pela grande imprensa. Acharam que se tratava de uma encomenda de Lula ('fogo amigo'). Lançamos o documento às 16 horas e, no mesmo dia, às 20 horas estávamos no Jornal Nacional, numa longa matéria na qual dois economistas do

mercado financeiro, simplesmente, desqualificaram o esforço de quase uma centena de especialistas. A sentença foi dada sem que eles tivessem, ao menos, os dois documentos em mãos (mais de 150 páginas).

No Brasil, o debate econômico é desonesto. Não se quer debater ideias alheias ao 'pensamento único', o 'velho consenso' que, há décadas, deixou de estar em moda no mundo. Qual era o propósito dos dois documentos? Alertar que o caminho que estava sendo seguido levaria a economia para o caos, ampliando o desemprego, a crise social, a pobreza e a desigualdade em suas múltiplas outras faces. E que essa opção alimentaria a crise política e as ações antidemocráticas que estavam em curso desde as manifestações de 2013. Capturadas, com maestria, pelas ditas 'elites'. O que aconteceu depois?

OAPS: Você acredita que iniciativa semelhante pode acontecer atualmente, considerando, sobretudo, a fragilidade de partidos e lideranças políticas em propor um projeto alternativo?

A crise que a gente está atravessando vai muito além da crise econômica, é uma crise política, é uma crise cultural, é uma crise dos valores civilizatórios, a gente perdeu o eixo dessa questão. É uma crise muito difícil, inclusive com essa criminalização da política, com a criminalização de políticas redistributivas e, por consequência, a criminalização de partidos políticos que tenham compromissos de natureza popular e progressista. Então é uma situação bastante grave.

Como pensar em curto prazo? É muito difícil pensar em uma solução, o pêndulo caminhou muito para um lado, mas as políticas estão sendo implantadas e elas vão levar ao caos generalizado (eu não tenho a menor dúvida em relação a isso): caos da educação, caos da saúde, caos do emprego, caos econômico. Eu vejo que a médio prazo, não saberia precisar quanto tempo, em algum momento esse pêndulo vai voltar para o outro lado. Eu acho que em função disso quem está hoje na luta, na resistência, não pode perder esse fio que é a necessidade de se começar a pensar um projeto de país. O que me dá esperança é, sem dúvida, a juventude. Eu vejo muita força nesses movimentos, por exemplo, contrários aos cortes na educação. Há uma base de estudantes secundaristas que estão firmes na luta, acho que tem outros setores também, setores da periferia, principalmente os mais jovens,

que estão se organizando. Eu acredito no futuro, que em algum momento vão surgir novas lideranças. Assim que é a vida, assim que é a luta, que se renova e traz esperanças.

De qualquer maneira, hoje eu diria que a tarefa fundamental é evitar, usando o limite das nossas forças, essas tragédias que estão sendo implantadas, como a reforma da Previdência – que na verdade é a destruição da Seguridade, o que contempla a destruição do SUS, da assistência social e do seguro-desemprego. Mas a gente não pode, nesse enfrentamento, perder de vista o horizonte futuro, que na verdade é desenhar um projeto de país. E nesse projeto de país, como eu já escrevi e disse várias vezes, não tenho dúvidas de que o ponto central deve ser enfrentar a questão da desigualdade.

A desigualdade não está só na desigualdade da renda, a desigualdade está em toda parte: desigualdade de acesso à justiça; desigualdade entre regiões de países; desigualdade de acesso à segurança; desigualdade de acesso à saúde, ao saneamento, à mobilidade, à cultura e por aí vai. As desigualdades do Brasil são uma procissão de desigualdades. Sem falar na desigualdade de gênero, na desigualdade racial. Eu sempre digo que o Brasil é um país de longo passado escravocrata que não conseguiu resolver sequer as desigualdades do século 19. Hoje a taxa de desemprego de uma mulher negra no Brasil é três vezes maior do que a taxa de desemprego de um homem branco, só para ficar no exemplo. Quer outro exemplo? A brutal assimetria entre o assassinato de pretos e brancos.

Confira outras entrevistas do OAPS:



Rogério Queiroz



Luiz Filgueiras



Edna Araújo



Ines Dourado



Jurema Werneck



Graça Druck



Luís Eduardo



André Dantas



Nelson Pretto



Gulnar Azevedo



Paulo Sérgio Pinheiro



Sônia Fleury

Expediente

Coordenador Geral: Jairnilson Paim

Coordenação Executiva OAPS: Maria Guadalupe Medina

Coordenação Executiva CDV: Carmen Fontes Teixeira

Equipe OAPS: Gerluce Alves

Equipe CDV: Isabela Ramos Porto | Maria Creuza Silva |
Thadeu Borges Souza Santos

Comunicação: Inês Costal | Patrícia Conceição

Tecnologia da Informação: Diego Corrêa | Fernando
Passos | Gilson Rabelo | Juliana Argolo | Sérgio Santana